

COMENTÁRIO DA PROPOSTA DE REDAÇÃO – ENEM 2020

Em sua 22ª edição, o Exame Nacional do Ensino Médio contemplou como proposta de Redação “O ESTIGMA ASSOCIADO ÀS DOENÇAS MENTAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA”, mais um tema perfeitamente executável dentro da nossa METODOLOGIA de divisão de responsabilidades pertinentes ao eixo temático proposto entre setores da administração pública e da sociedade civil, por intermédio de uma lógica de condução do texto dissertativo-argumentativo que treinamos ao longo do ano. Vejamos algumas considerações para contextualizar o tema do Enem 2020:

Estigma consiste em estereotipagem, tabu, preconceito, mácula, rótulo. Nessa perspectiva preconceituosa, existem muitos estigmas associados às doenças mentais no convívio coletivo, geralmente provenientes de paradigmas culturais deturpados que tratam o transtorno psíquico, por exemplo, como uma patologia necessariamente limitante, para a qual não exista tratamento, cura ou mera atenuação. Muitos brasileiros definem equivocadamente as pessoas acometidas de doença mental como incapazes de assumir posições de responsabilidade; instáveis; passíveis de perder o controle a qualquer momento; violentas ou até perigosas para a sociedade.

No comando da proposta, o vocábulo “ESTIGMA” precisava ser observado com atenção. A paráfrase dessa palavra poderia, como já citei, envolver, por exemplo, “preconceito”, “tabu”, “estereotipagem”, dentre outras opções. Se você não tivesse lembrado relações sinonímicas para esse termo, não haveria problema em repeti-lo como palavra-chave. Isso vale para o restante do comando, o qual não deveria ser copiado, mas sim diluído na introdução do seu texto. Você poderia, por exemplo, ter tratado do “preconceito relacionado/ atrelado/ vinculado/ inerente às patologias de cunho mental no Brasil”.

No que tange aos três TEXTOS DE APOIO, vejamos algumas considerações:

TEXTO I: fazia alusão a um conceito de saúde mental como algo maior do que simples ausência de doenças mentais. Atrélava a saúde mental à maneira de os indivíduos reagirem às exigências da vida e de lidarem com suas emoções, bem como sinalizava que todas as pessoas estão suscetíveis a algum drama psíquico em determinado momento.

TEXTO II: apresentava uma definição de “estigma” relacionada ao contexto das doenças psiquiátricas. Mencionava preconceito, falta de informação e tratamentos precários e citava depressão, ansiedade e transtorno bipolar. Alertava sobre o fato de não se dever tratar transtorno mental como “frescura”. Além disso, abordava que o ideal de felicidade não é igual para todo mundo e que muitas pessoas se distanciam de sentimentos reais tentando exibir uma felicidade artificial. Conforme o texto, a interatividade social é prejudicada quando quem se exhibe verdadeiramente com seus sentimentos é rotulado. Há ainda uma abordagem da realidade virtual com um recorte associado à pressão que algumas pessoas sentem para exibir nas redes sociais uma vida perfeita.

Tá, DP, mas eu era obrigado a tratar desse recorte de internet, redes sociais? Não, só se desejasse. Lembre que textos de apoio são motivadores, e não limitadores!

TEXTO III: Trazia números e dados estatísticos sobre a temática abordada, com ênfase na depressão.

Vamos lá. Sua tese poderia ocorrer, preferencialmente, por culpabilidade ou sugestão antecipada, em que você responsabilizasse o poder público (Estado) e setores da sociedade civil, como núcleos familiares, ambientes educacionais ou setores do empresariado por problemas relacionados à estigmatização de patologias psíquicas ou sugerisse uma mudança de comportamento política e social que viabilizasse a redução ou a eliminação desse estigma relacionado, por exemplo, a transtornos de ansiedade, estresse pós-traumático, síndrome do pânico, depressão, Burnout, anorexia ou bulimia no âmbito da saúde mental no Brasil.

Quanto à administração pública, a lógica do projeto de texto da tese para a argumentação do desenvolvimento seria basicamente o seguinte: o Estado brasileiro não consegue combater, de maneira satisfatória, o avanço de estigmas em relação às doenças mentais. Apesar da existência da Lei da Reforma Psiquiátrica, de 2001, que protege os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e que determina amplo e irrestrito auxílio no SUS a indivíduos com tal enfermidade e por mais que o Brasil seja a nação mais deprimida da América Latina, com cerca de 11 milhões de pessoas diagnosticadas com depressão, de acordo com dados da OMS, verifica-se a negligência com o suporte à plena saúde mental (como está no Texto I, relacionada ao bem-estar psicológico, à prevenção de transtornos) pela insuficiente disponibilidade de psiquiatras, de psicólogos e até de medicamentos pelo SUS em alguns hospitais e postos de saúde, bem como se constata a escassez de informes governamentais que alertem a população sobre a importância de conhecer a complexidade de doenças mentais ou sintomas delas antes de meramente rotular ou estereotipar os que padecem desses transtornos. Também são inexpressivas as campanhas educativas que sugiram, pelo menos, a busca de um diálogo franco pelo telefone gratuito 188, do Centro de Valorização da Vida (CVV), um serviço oferecido em parceria com o Ministério da Saúde muito pouco divulgado por publicidade institucional do Governo, assim como ocorreu com a campanha governamental de 2019 “Se liga! Dê um like na vida”, disseminada timidamente no combate à depressão e ao suicídio.

Ainda no que tange à legislação nacional, além da Lei da Reforma Psiquiátrica, é importante enaltecer que a Constituição Federal de 1988 poderia ser abordada, por exemplo, em um contraponto entre o artigo 1º, que define como um dos fundamentos da República Federativa brasileira a dignidade da pessoa humana, e a afronta a essa dignidade quando se desenvolve um estigma contra algum doente mental. Além disso, mais especificamente, conforme o artigo 196, a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, todavia essa prerrogativa é desrespeitada pelo poder público ao ser negligente —por insuficiência de investimentos e informes elucidativos — com o enfrentamento de tabus contra pessoas acometidas de patologias mentais.

Já no tocante à comunidade, você argumentaria que muitos núcleos familiares e ambientes estudantis ou profissionais são ineficazes no combate ao estigma quanto às pessoas acometidas de algum transtorno psíquico e na identificação de sintomas em alguém que padece de alguma enfermidade psicológica ou psiquiátrica. Essa displicência encontra justificativa na desinformação ou em uma mentalidade que não prestigia a empatia, o acolhimento e, sobretudo, o auxílio a doentes mentais. De fato, existem pessoas que até enxergam em um indivíduo deprimido, por exemplo, normalmente muito cobrado de êxito e prosperidade, notadamente nas redes sociais, pela sociedade em geral, sentimentos de aflição constante, baixa autoestima, isolamento ou pessimismo, mas não relacionam essas circunstâncias com a depressão, que, muitas vezes, passa despercebida por pessoas próximas a quem está debilitado em lares, escolas ou empresas, e deixam de oferecer ajuda ou de sugerir suporte com profissionais de saúde para essas situações tão comumente subestimadas, estereotipadas ou confundidas com simples tristeza.

Além disso, muitos brasileiros desconhecem suas garantias relacionadas ao direito à saúde, à proteção contra bullying e difamação e à dignidade como seres humanos. Em consequência disso, não se verificam com frequência protestos ou pressões populares, presenciais ou virtuais, em prol da consolidação desses direitos. Sob essa lógica de exercício da cidadania em busca de direitos, é habitual para toda família o desenvolvimento de uma cultura de compreensão acerca da complexidade de doenças mentais? Ambientes escolares ou setores do empresariado, em geral, estimulam satisfatoriamente a valorização de pessoas que padecem de transtornos psiquiátricos para que não sejam rotuladas como incapazes, limitadas ou perigosas? Nesse aspecto, tudo que você tiver abordado em extrapolação aos textos de apoio, de forma interdisciplinar, no contexto da formação cultural em oposição à estigmatização de doenças mentais será válido, desde que tenha ocorrido com legitimidade, pertinência e produtividade.

A intervenção da sua Redação permitia, como treinamos durante 2020 e o início de 2021, um raciocínio de integração de ações detalhadas dos pilares sociais abordados na introdução e no desenvolvimento para mitigar ou eliminar o estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira, a partir de pelo menos um agente acompanhado de ação, meio, detalhamento e finalidade. Nessa lógica, você poderia mencionar a atuação do poder público, seja na forma genérica de Governo Federal, seja na forma de Ministério da Saúde, para potencializar, por meio de um replanejamento de prioridades orçamentárias, investimentos no serviço público de saúde, com a disponibilidade de mais médicos, psicólogos e suporte medicamentoso para oportunizar saúde mental no País e evitar transtornos e tabus relacionados aos acometidos de doenças mentais. O Estado pode, ainda, massificar o acesso da população a informações sobre prevenção e tratamento de patologias psiquiátricas, mediante campanhas educativas do Ministério da Saúde no Instagram, no Facebook ou até na imprensa televisiva, que estimulem a comunidade em geral a reconhecer, sem estigmatizar, os indícios de transtornos, a fazer uso dos serviços públicos já disponíveis contra doenças mentais, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), e a usufruir o suporte dialogal que o CVV oferece pelo número telefônico 188, pois essas ações têm o potencial de reduzir sensivelmente os quadros de déficit de saúde mental no País.

Ademais, quanto à comunidade, você poderia sugerir que instituições formadoras de opinião, como famílias, escolas e empresas, ampliassem a reflexão social sobre os fatores que comprometem a saúde mental ou geram estigmas acerca de patologias, os quais constroem, por exemplo, os acometidos dessas mazelas, que, muitas vezes, deixam de procurar auxílio por receio de como serão rotulados se o fizerem. Essa ampliação de debate nacional pode partir de diálogos domésticos mais sensíveis ao tema, de palestras com psiquiatras em ambientes estudantis e de cartilhas ou documentários acerca desse drama humano nas empresas, visto que essas atividades podem ser preponderantes para a construção de uma mentalidade de maior empatia e compreensão diante das limitações que as pessoas eventualmente manifestem, o que diminuiria tabus, cobranças abusivas, estresses excessivos e, conseqüentemente, transtornos mentais de vários tipos e oportunizaria que mais brasileiros se consolidassem saudáveis mentalmente diante dos diversos dissabores da vida. É isso.

Minha gente querida, essas reflexões não consistem no gabarito da Redação; sugeri apenas possibilidades de abordagem desse tema muito bem escolhido, que merece toda a nossa atenção. Entendo que vocês estavam em excelente condição de produzir um ótimo texto, não só por termos trabalhado o eixo temático pelo menos três vezes durante o ano, mas pelo fato de desenvolvermos uma metodologia de escrita nos coloca em vantagem quanto ao gerenciamento do tempo de prova e da criação de argumentos e intervenções. Manifesto minha mais absoluta confiança no bom desempenho redacional de vocês. Vamos esperar o nosso excelente resultado. Forte abraço; estou na torcida.

Prof. Diego Pereira.